

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável - SEDEST Instituto Água e Terra

19.750.956-2

353297-R1

19/08/2031

## RENOVAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 19.750.956-2, concede LAS - Licença Ambiental Simplificada nas condições e restrições abaixo especificadas

1 - IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR 35.572.013/0001-10 RINCÃO DA PONTE ENERGIA LTDA Logradouro e Númer FAZ SAO CRISTOVAO, S/N Município / UF CEP SALTO FORTALEZA Tibagi/PR 84.300-000

2 – IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO CPF / CNPJ Porte 35.572.013/0001-10 RINCÃO DA PONTE ENERGIA LTDA. Pequeno Geração Hidrelétrica Atividade Específica Central Geradora Hidrelétrica - CGH cah rinção da ponte Coordenadas UTM(E-N) 572262.2 - 7296562.6 RIO FORTALEZA, S/N, KM 26,75 Bacia Hidrográfica Bairro Município / UF CEP INTERIOR 84 300-000 Tibagi Tibagi/PR

3 - CARACTERIZAÇÃO HIDRELÉTRICA

Dados Hidrológicos Rio Fortaleza

Vazão Assegurada (m3/s) Vazão Sanitária (m³/s) Vazão Q7, 10 (m3/s) Comprimento do TVR (m) Engolimento Máximo (m³/s) Nº Portaria Outorga 9.01 780.00 15404/2022 0.61 15.93 Dados do Lago Área do Reservatório (ha) Área da Calha do Rio (ha) Área de Alagamento (ha) Tempo de Residência da Água (h)

3.42 0:35 Cota Máxima Maximorum (m) Regime de Operação ne Útil (m³/s) Cota Mínima de Operação (m) A Fio D Água 781.17 null null

Tipo de Barramento Comprimento (m) Altura (m) Gravidade, em concreto 185.00 3.50

Sistema Adutor

Canal	Túnel	Conduto Forçado
Comprimento (m)	Comprimento (m)	Comprimento (m)
287.50		140.00
Largura (m)	Largura (m)	Diâmetro (m)
9.00		2.30
Profundidade (m)	Altura (m)	N° Unidades
3.00		2

4 - MUNICÍPIOS AFETADOS

Município Margem Corpo Hídrico Tibagi Margem Direita Local da Casa de Força

Obs.: As informações das seções acima são de responsabilidade do requerente

## 5 - CONDICIONANTES

1. Trata-se de solicitação de Renovação da Licença Ambiental Simplificada (RLAS) para empreendimento de geração de energia elétrica por aproveitamento hidráulico localizado no município de Tibagi. Este empreendimento está localizado no ponto de coordenadas geográficas 24°26'24,33"S, 50°17'14,20"O', leito do rio Fortaleza, pertencente à sub-bacia do Rio Tibagi (64), estado do Paraná, com potência instalada de 5,00 MW.

## 2. DADOS DO EMPREENDIMENTO:

- Central Geradora Hidrelétrica CGH RINCÃO DA PONTE;

- Rio Fortaleza, Sub-bacia 64, Rio Tibagi, Bacia do Rio Paraná;
  Coordenadas Geográficas do Barramento: 24°26'24,33' S; 50°17'07,75' O
  Coordenadas Geográficas da Casa de Força: 24°26'34.32' S; 50°17'14.20' O
- Nível Máximo Maximorum: 781.70 m:
- Nível Normal montante: 778,70 m;
- Nível Normal Jusante: 752,00 m;
- Barramento: construído em alvenaria de pedras de concreto convencional à gravidade com 185,00 m de comprimento e soleira vertente com 65,00 m e altura máxima de 3,50 m;
- Canal Adutor: 287,52 m de comprimento, largura de 9,00 m e profundidade de 3,00 m;
- Trecho de Vazão Reduzida (TVR): 780,00 m;
- Conduto forçado: formado por duas unidades com 140,00 m de comprimento e diâmetro de 2,30 m;
- Vazão sanitária garantida à jusante: 0,61 m³/s (610 l/s);
- Índice de Degradação Ambiental (IDA): 0,32;
- Potência: 5,00 MW.
- 3. A presente Licença Ambiental Simplificada foi emitida de acordo com o que estabelecem os Artigos 12, § 1º da Resolução Nº 237/97 CONAMA, e Artigo 8º, Inciso IV da Lei Estadual Nº 22.252/2024, 12 de dezembro de 2024, e aprova a localização e a concepção do empreendimento e, autoriza sua instalação e operação devendo ser observadas rigorosamente, durante sua operação, suas condicionantes.
- 4. Todos os programas e projetos apresentados que deverão ser executados referentes às condicionantes desta Licença Ambiental deverão ter as suas respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica - ART, ou equivalente, devidamente recolhidas e anexadas aos respectivos projetos.
- 5. O IAT, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar licença/autorização ambiental expedida, quando ocorrer: I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; II - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença ou da autorização; III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

- 6. A presente licença não contempla aspectos de segurança das instalações, estando restrita a aspectos ambientais.
- 7. Os critérios adotados poderão ser reformulados e/ou complementados de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico e a necessidade de preservação ambiental.
- 8. O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal 9.605/98 e seus decretos reguladores.
- 9. A concessão desta licença não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme Decreto Estadual 857/79 - Artigo 7°, § 2°.
- 10. Esta Licença foi concedida com base nas informações apresentadas pelo requerente e não dispensa, tão pouco, substitui quaisquer outros Alvarás e/ou Certidões de qualquer natureza a que, eventualmente, esteja sujeita, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.
- 11. As ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos ou atividades necessitam de licenciamento específico, podendo ser monofásico, bifásico e trifásico para a parte ampliada ou alterada, adotados os mesmos critérios do licenciamento, conforme estabelecido pelo Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025.
- 12. A renovação da presente licença deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, ficando este prazo de validade automaticamente prorrogado até a manifestação do Instituto Água e Terra.
- 13. Deverá ser mantida a apresentação de relatórios de todos os Planos, Programas e Subprogramas no PCA e outros a serem estabelecidos, com manifestações conclusivas sobre os dados apresentados, em periodicidade semestral.
- 14. O Plano de Ação Emergencial PAE deverá ser implementado e atualizado durante toda a vida útil do empreendimento.
- 15. Assegurar a manutenção da vazão sanitária de jusante no trecho de vazão reduzida correspondente a 0,61 m³/s (610 l/s) conforme Portaria nº 15404/2022/OD-GOUT.
- 16. O empreendedor deverá manter atualizada a página na internet da CGH Rincão da Ponte (https: cghrincaodaponte.com) com as informações do empreendimento, tais como, relatórios, estudos, licenças ambientais, portarias de outorga, PAE, Autorizações Ambientais de Fauna, entre outros, responsabilizando-se em manter atualizadas as informações e disponíveis para o acesso público.
- 17. Dar continuidade ao registro fotográfico de toda a área do empreendimento. Tal procedimento deverá ser repetido a cada 5 (cinco) anos visando o registro histórico do empreendimento
- 18. Dar continuidade ao Monitoramento de Fauna com campanhas sazonais em conformidade, com a Portaria 12/2024, ou normativa que a substitua. O encerramento do monitoramento deverá ser aprovado pela Divisão de Fauna do IAT.
- 19. Assegurar a disponibilidade de água nas propriedades lindeiras ao reservatório durante toda a vida útil do empreendimento.
- 20. Após a aprovação do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), protocolo nº 24.374.232-3, deverá ser realizada a recuperação da Área de Preservação Permanente (APP) em uma faixa de, no mínimo, 30 metros. Os relatórios de execução, com imagens datadas e georreferenciadas deverão ser entregues periodicamente no prazo máximo de 6 (seis) meses.
- 21. A retida das espécies invasoras das áreas de APP e do trecho de vazão reduzida deverá ser mantida durante toda a vida útil do empreendimento.
- 22. De acordo com o que foi estabelecido na Ação Civil Pública nº 2006.70.01.004036-9/PR e as diretrizes do Ofício nº 162/2024/DPDS/FUNAI, as ações para a implantação das medidas mitigadoras na Terra Indígena Tibagi Mococa deverão ser concluídas em um período máximo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de emissão desta RLAS. O envio de relatório final detalhando a execução dessas atividades deverá ser remetido à FUNAI com envio de Ofício ao IAT demonstrando o cumprimento da medida no prazo acima especificado
- 23. Esta Licenca de Operação foi emitida para CGH com a potência de 5.00 MW.
- 24. As condicionantes da presente licenca ambiental poderão ser contestadas no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de sua emissão.

		<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
		<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
		<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
		<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
		<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
		<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
		<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
		<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
		<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
		<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
		<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
		<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
		<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
		<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
		<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
		<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
		<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
		<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
		<b>EM BRANCO</b>		<b>EM BRANCO</b>	
Curitiba, 19 de Agosto de 2025			Assinatura do Representante	•	

Esta LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA, tem a validade acima mencionada, devendo em sua renovação ser solicitada ao Instituto Água e Terra com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias. Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo Instituto Água e Terra. Esta LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA deverá ser afixada em local visível.

> IVONETE COELHO DA SILVA CHAVES Diretoria de Monitoramento Ambiental e Controle da Poluição